

## Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright

Between cross and sword:  
biographical aspects of Paulo Stuart Wright's life

**Eduardo Guilherme de Moura Paegle \***

Doutorando na UFSC. Bolsista da CAPES.  
edpaegle@hotmail.com

### Resumo:

O referido artigo busca uma discussão sobre a biografia de Paulo Stuart Wright, considerando a sua militância política (comunista) e a sua ligação religiosa (presbiteriana), num momento conturbado da história política do Brasil: a ditadura militar. Combinando os valores cristãos reformados e comunistas, Paulo Stuart Wright foi suspeito tanto por parte das lideranças presbiterianas quanto dos militares brasileiros, o que resultou na sua desvinculação da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e o seu desaparecimento político em 1973.

### Palavras-chave:

Paulo Stuart Wright. Comunismo. Igreja Presbiteriana

### Abstract:

This article attempts to discuss the Paulo Stuart Wright's biography, considering his political activism (communism) and his religion connection (Presbyterian), at a troubled moment of the political history of Brazil: the military dictatorship. Combining reformed and communist's Christian values, Paulo Stuart Wright was considered a suspect by the Presbyterian Leadership as well as by the Brazilian military, which resulted in his dismissal from the Presbyterian Church of Brazil (PCB) and his political disappearance in 1973.

### Keywords:

Paulo Stuart Wright. Communism. Presbyterian Church.

### Paulo Stuart Wright

Paulo Stuart Wright foi uma das figuras polêmicas da sua época por um fator incomum: ser um evangélico e político durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Dois elementos que pareciam irreconciliáveis numa mesma biografia.

Paulo Stuart Wright era filho de missionário estadunidenses presbiterianos. Embora nascido no oeste de Santa Catarina, ele possuía dupla cidadania, o que facilitou a obtenção de uma formação acadêmica nos EUA, onde se formou em Sociologia Política.

Ao regressar ao Brasil, Paulo Stuart Wright participou de inúmeras atividades políticas, através dos sindicatos e na conscientização dos jovens

presbiterianos, influenciados pelo pastor Richard Shaull, chegando inclusive a participar da experiência na Vila Anastácio em São Paulo, onde o convívio dele e de sua esposa permitiram vivenciar as péssimas condições dos operários. Foi também secretário-geral da União Cristã de Estudantes Brasileiros (UCEB). Quando por ocasião do I Encontro Sul-Americano de estudos sobre calvinismo, afirmou:

É certamente possível à obra humana acabar com a fome, a miséria e o analfabetismo. Nossa maneira de amar nosso próximo deve certamente ir além de ajudas que possamos dar os indivíduos necessitados; deve levar a sério nossa responsabilidade de fazer acabar com a miséria e a fome, pois esta força não tem mais poder e foram destronadas por Jesus Cristo.<sup>1</sup>

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da CAPES. edpaegle@hotmail.com

<sup>1</sup> WRIGHT, Delora J. *O coronel tem um segredo*. Paulo Stuart

O próprio Richard Shaull falava da admiração da figura de Paulo Stuart Wright.

No final dos anos 50 Paulo retornou ao Brasil, depois de abandonar os seus estudos universitários nos Estados Unidos. Logo depois, procurou-me para expressar a sua visão e compromisso; e busca meu conselho em como cumprir o seu chamado do Brasil de então. Desde o nosso primeiro encontro percebi que estava diante de alguém apaixonadamente comprometido a seguir com Jesus com absoluta certeza de uma total dedicação à luta pelos pobres. De fato, não havia visto antes ninguém que levasse tão a sério os ensinamentos de Jesus e se dedicasse a pô-los em prática. Também ficou evidente para mim que havia muitas poucas pessoas, mesmo entre as que mais se relacionava com ele, que entendessem ou honrassem a sua vocação e se dispusesse a apoiar e acompanhar essa caminhada de absoluto discipulado. Decidi fazer o possível para encorajá-lo e apoiá-lo, quando o projeto de Vila Anastácio deslançou, ele e a sua esposa estavam entre os primeiros a tomar parte neste tipo de comunidade. [...] E enquanto viveu em Vila Anastácio relacionou-se com um bom número de estudantes na UCEB, conclamando-o constantemente ao compromisso de luta pelos pobres. Melhor dizendo, ele estava sempre confrontando – a todos nós – com esse chamado e profunda influência, mesmo quando, mas já não compartilhássemos inteiramente da sua visão ou escolha política.<sup>2</sup>

A contribuição de Paulo Stuart Wright, que levava para a Vila Anastácio e a UCEB, com a ideia de responsabilidade social, combinava o aspecto engajado e militante com os seus estudos. Consequia também gradativamente um espaço político fora das estruturas eclesiais, seja na organização dos sindicatos da FECOPESCA e na política partidária, seja no PTB, PSP e na AP.

Sua ida para Florianópolis, em 1960, permitiu ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado (IOESC), a convite do governador Celso Ramos (PSD). Paulo Stuart Wright tornou-se membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis,

conforme documentado a seguir. “Recebe-se a carta de transferência o irmão Paulo Wright e a sua esposa Sra. Edimar Rickli, vindos da Igreja Presbiteriana da Lapa (E. São Paulo) os quais se resolve incluir no rol de membros da Igreja”.<sup>3</sup>

Usualmente, Paulo Stuart Wright participava de encontros no início da década de 1960 no restaurante universitário, localizado junto ao Teatro Álvaro de Carvalho, no centro da capital catarinense, onde convivia com a Juventude Universitária Católica (JUC).

Para poder concorrer a deputado estadual em 1962, Paulo Stuart Wright deixou o PTB e ingressou no PSP, com o objetivo de defender os interesses da FECOPESCA. Conseguiu se eleger em 06 de outubro de 1962 com 2.144 votos, tornando-se o único deputado evangélico e de seu partido na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

No campo eclesial, Paulo Stuart Wright buscava participar ativamente da IPB, seja escrevendo artigos na revista *Mocidade*, conscientizando e politizando os presbiterianos, mantendo diálogos com setores progressistas da Igreja Católica (sobretudo a JUC), sendo professor da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, secretário-geral da UCEB e da ACA, levando sempre uma ideia social para o cristianismo, na qual a visão de Richard Shaull muito lhe agradava, sobretudo a experiência da Vila Anastácio. Tanto as suas visões sociais quanto ecumênicas certamente não eram bem vistas nos setores conservadores da IPB, no sentido político-religioso.

Na igreja em que congregava, a Igreja Presbiteriana de Florianópolis, haveria a escolha de três presbíteros, que seriam eleitos no dia 08 de março de 1964, sendo sugeridos seis nomes para o referido ofício: Paulo Braglia, Domingos Cardoso, Demerval Rodrigues, Davi Mendonça, Uri Mendonça e Arony Natividade da Costa.<sup>4</sup> Destes, apenas Paulo Braglia desistiu de concorrer ao presbiterato.

Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 29.

<sup>2</sup> SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça*: memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 153-154.

<sup>3</sup> *Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 9, n. 868. 23 ago. 1961. p. 57.

<sup>4</sup> *Ata da igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 9, n. 909. 10 fev. 1964. p. 102.

Foram então eleitos presbíteros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis os irmãos Dr. Hurí Gomes Mendonça com trinta e seis votos; Arony Natividade da Costa com vinte e oito votos e Dr. Paulo Stuart Wright com vinte e dois votos. Ao término da reunião foram os presbíteros Dr. Hurí Gomes Mendonça e Dr. Paulo Stuart Wright agradecendo a honra que lhe emprestara.<sup>5</sup>

Não sabemos até que ponto a Igreja Presbiteriana de Florianópolis não quis indicar o nome de Paulo Stuart Wright para o presbiterato, com um possível receio de politizar as questões e a sua visão dentro de uma estrutura institucional, ou mesmo restrições aos seus pensamentos com uma visão menos denominacional e mais ecumênica, e comunista, não conservadora.

O pastor Osvaldo Hack ao se referir a Paulo Stuart Wright afirmou:

[...] ele [Paulo] tinha se envolvido demais politicamente, ideologicamente, e que, a igreja não deveria entrar por esse lado. Pela definição porque a Igreja Presbiteriana tem uma posição apolítica, como igreja. Ela permite que os seus membros participem da política, se candidatem, discutam política. Eu, pessoalmente posso me posicionar, mas a igreja em si, não. Essa foi a dificuldade: porque o Paulo, como presbítero da igreja, envolveu a igreja. Foi o mesmo problema que ele teve em Joaçaba. Ele envolveu a igreja de Joaçaba.<sup>6</sup>

A análise do pastor Osvaldo Hack ao entender que a eleição de Paulo Stuart Wright a deputado estadual catarinense em 1962 colocava a Igreja Presbiteriana de Florianópolis em dificuldade, pois ao politizar a defesa da sua candidatura não poderia transformar o púlpito em palanque, usando a estrutura eclesiástica. Reconhecemos, contudo, que esta não era uma prática política de Paulo Stuart Wright. Numa igreja minoritária, no contexto florianopolitano predominantemente católico, isso poderia expor a própria estrutura eclesiástica da IPB, numa época em que a invisibilidade política dos evangélicos era regra.

<sup>5</sup> *Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 9, n. 910. 8 mar. 1964. p. 103-104.

<sup>6</sup> AQUINO, Márcia Elizabeth de. *Personnas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: Da autora, 2003. p. 56-57.

Nessa visão, a igreja não apoiara oficialmente a candidatura de Paulo Stuart Wright para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, pois poderia haver mais candidatos, o que possibilitaria hipoteticamente divisões na estrutura, por apoiar um candidato em detrimento do outro. O próprio Osvaldo Hack afirmou:

[...] na minha época nós tivemos candidatos para vereador. Nós tínhamos dois candidatos, um deles foi até eleito. [...] Mas nós não fazíamos propaganda na igreja. A igreja sabia que eles eram candidatos, um deles foi até eleito. [...] Mas nós não fazíamos propaganda na igreja. Apenas anunciava quem eram os candidatos e que cada um tivesse a liberdade de voto. Então, talvez, porque o Paulo se envolveu demais; como deputado – como líder, ele ocupava uma posição muito estratégica na Assembléia. O voto dele decidia as bancadas, porque ele era o único do partido dele.<sup>7</sup>

Imagine a situação de um deputado estadual como Paulo Stuart Wright, comunista, único membro do PSP na Assembléia Legislativa e que representava uma espécie de voto de Minerva nas decisões legislativas catarinenses, além de ser o único deputado de uma igreja minoritária como a IPB, no contexto religioso, com dupla cidadania brasileiro-estadunidense e que agora tinha sido eleito presbítero na própria Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nas vésperas do golpe de 1964.

De fato, com o Golpe de 1964, tanto para o Estado quanto para a Igreja, Paulo Stuart Wright era a pessoa errada no lugar errado. Nesses casos, o instinto de sobrevivência da IPB enquanto instituição foi mais forte do que na defesa dos seus membros, o que levou a uma dupla cassação: na esfera civil, a cassação de deputado estadual; e na esfera eclesiástica, a sua cassação como presbítero.

Num momento histórico como o Golpe de 1964, nas quais a Marcha pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) católicas foram extremamente fortes, na defesa do ocidente cristão contra o comunismo ateu, não é de se estranhar que na medida em que essa bipolarização era forçada seja pelos setores conservadores das igrejas (tanto protestantes quanto católicas), bem como a

<sup>7</sup> AQUINO, 2003, p. 57.

concepção de Segurança Nacional, isolavam uma personalidade política como a de Paulo Stuart Wright.

Na visão de Jaime Wright, irmão de Paulo Stuart Wright, que também foi pastor da IPB, a referida instituição, “em vez de ser o fermento para levedar a massa, como ensina o Evangelho, ao contrário, a Igreja permitiu que fosse levedada pelo regime militar. Ela se corrompeu, e passou a exercer repressão junto com pastores, congregações e igrejas”.<sup>8</sup> O ponto de vista de Jaime Wright era diametralmente oposto ao caráter “apolítico” na qual se referiu o pastor Osvaldo Hack. Para Jaime Wright, o discurso de Rm 13.1-2 buscou a legitimação de uma IPB conservadora política e teologicamente e que não se opôs ao Estado, mesmo num período de ditadura.<sup>9</sup>

Esse processo de cooptação dos evangélicos (podemos incluir a IPB) em relação ao regime militar sustentado pelo discurso interno podemos chamar uma política de “adesismo”.<sup>10</sup>

A cassação de Paulo Stuart Wright como parlamentar catarinense logo se transformou em pressão do estado pós-golpe de 1964 para a IPB, ao não permitir o seu exercício de presbiterato. A pressão exercida pelo almirante e comandante Murilo Vale Silva, sediado em Florianópolis, sobre a Assembléia Legislativa foram fundamentais para a perda do seu cargo.

A decisão de cassar o ex-deputado foi apressada depois que a Assembléia Legislativa recebeu, no dia 4 de maio de 1964, um ofício do Secretário de Segurança Pública Jade Saturnino Magalhães, e no dia 5, um dossiê preparado pelo almirante Murilo Vasco do Vale Silva, do 5º Distrito Naval sobre as ligações políticas de Paulo Stuart Wright. Mas a decisão definitiva pela cassação do ex-deputado somente ocorreu (inclusive com os deputados abrindo mão do prazo de 48, para que uma comissão decidisse o ato).<sup>11</sup>

O General-de-Brigada Ernesto Geisel, que era chefe do Gabinete Militar e Secretário do Conselho de Segurança Nacional do presidente Castelo Branco, mandou um telegrama para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O teor do telegrama.

N. 28. As. Séc. De 4\564. Parágrafo único artigo décimo. Ato Institucional transferiu ao Senhor Presidente da República, mediante proposta Conselho de Segurança Nacional e prazo de sessenta dias, contar quinze de abril próximo passado, atribuições previstas referido artigo. De outro lado, artigo novo decreto n. 53897, vinte e seis de abril último, determinou como competentes para provocar do Conselho de Segurança Nacional, mediante representação, respectivos membros, chefes, poderes, Estados e secretário-geral do Conselho. Considerando a gravidade da sanção, a qual deve fundar-se razões de relevância relacionados ao interesse; paz e honra nacional, venho lembrar vossa excia. conveniência de representação aqui referidas, quando tenham se encaminhadas de justificação necessária e até dez dias antes findo prazo já aludido para exame Conselho Segurança Nacional.<sup>12</sup>

A cassação parlamentar de Paulo Stuart Wright já era esperada desde 4 de abril de 1964, quando foi formada uma comissão parlamentar especial, composta pelos partidos (exceto o PSP): Paulo Preis (PSD), Ruy Hulse (UDN), Genir Destri (PTB), Antônio Pichetti (PRP) e Urbano Bertoldi (PDC). Foram realizadas três reuniões extraordinárias sobre o caso Paulo Stuart Wright. O resultado óbvio foi a cassação unânime dele, no dia 09 de maio de 1964, 14h, com a votação dos deputados, sem a mínima possibilidade de defesa do acusado. Dois dias depois, o Diário Oficial do Estado publicava

Resolve – Art. 1 – Fica, na conformidade que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Art. 10, do Ato Institucional, por infringência do parágrafo 5. e parte final do Art. 141, da Constituição Federal e dos artigos 14 e 15, da lei n. 38, de 4 de abril de 1935 (Lei de Segurança Nacional), cassado o mandato de Paulo

<sup>8</sup> AQUINO, 2003, p. 33.

<sup>9</sup> AQUINO, 2003, p. 33-34.

<sup>10</sup> CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985. p. 215-216.

<sup>11</sup> Paulo Stuart Wright está morto. *Jornal O Estado*. 11 ago. 1979. p. 3.

<sup>12</sup> Paulo Stuart Wright está morto. *Jornal O Estado*. 11 ago. 1979. p. 3.

Stuart Wright do Partido Social Progressista (P.S.P). Art. 2 – Essa resolução entrará em vigor da sua publicação, resguardada as disposições em contrário.<sup>13</sup>

As justificativas partidárias para a cassação de Paulo Stuart Wright foram as seguintes:

1) A UDN vota a favor da cassação, pois estão demonstradas as relações do referido deputado com elementos subversivos; a) O PTB, em convenção realizada para formar a lista de deputados de 1962, resolveu excluir o nome de Paulo Wright, já naquela época conhecido, integrante da extrema esquerda; b) O Partido Social Progressista, que o acolheu na sua legenda e permitiu a eleição de Paulo Wright, expulsou-o tão logo tomou conhecimento das suas ligações com o comunismo; c) pregou da Tribuna da Assembléia, nos comícios e sindicatos das mesmas idéias do conhecido agitador padre Alípio Freitas e dos ex-deputados Leonel Brizola, Max Costa Santos, Neiva Moreira e outros elementos ligados à subversão; d) o dossiê da Secretaria de Segurança Pública e as averiguações sumárias precedidas pelo Comando Militar trazem provas suficientes para dar cobertura ao óbvio que a prova não necessita.<sup>14</sup>

Interessante, perceber que a cassação ocorrera doze dias após a vinda do embaixador dos EUA à Florianópolis. Não há dúvidas da interferência do Estado sobre a Igreja Presbiteriana de Florianópolis, que estava sob a investigação do 5º Distrito Naval. Considerando que no dia 08 de março de 1964, Paulo Stuart havia sido eleito presbítero e que o golpe ocorrera entre o fim de março e início de abril, a referida igreja, pastoreada por Eny Luz de Moura, recebeu um documento lido no Conselho no dia 13 de maio do 5º Distrito Naval, contendo as seguintes informações:

Cumpra-se informar que o Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, dessa Assembléia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, tanto o seu procedimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas idéias está perfeitamente integrado no

movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na constituinte da República. A linha de ação do Deputado em causa é facto público e notório, que esta Assembléia sobejamente conhece, o que coloca em posição falsa, diante da Lei Electoral, da Constituição e da Lei de Segurança. Na documentação anexa, parte do existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento, encontrará V. Excia. elementos que caracterizem as ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminosamente usado.<sup>15</sup>

Enquanto os dois presbíteros eleitos (Hurí Gomes Mendonça e Arony Natividade da Costa) foram empossados, Paulo Stuart não só não foi empossado, como excluído do rol de membros da igreja, sem nenhuma possibilidade de argumentação, desrespeitando o básico direito de defesa constitucional da IPB.<sup>16</sup>

Além disso, na 10ª Reunião do Presbitério de Florianópolis, realizado justo na cidade-natal de Paulo Stuart Wright (Herval D'Oeste) nos dias 13 a 17 de janeiro de 1965, registrou-se:

O Presbitério aprova as atas do Conselho de Igreja de Florianópolis com as seguintes observações: a) As atas n. 910 e 911 foram lavradas com caneta esferográfica. Já estão consideravelmente apagadas e em pouco tempo não poderão ser lidas. B) a ata n. 910, folha 104 linha 15 verso é eliminado um membro do rol da igreja, sumariamente, sem ser ouvido, e sob a acusação, de fora da igreja, de ser o mesmo, comunista. Caiu – Que o Conselho reestude o assunto.<sup>17</sup>

A expressão final citada “Que o Conselho reestude o assunto”, referindo-se à eliminação de Paulo Stuart Wright do rol de membros da IPB estava riscada, e ao lado a expressão “caiu”, escrito em letra diferente do texto, mostrando uma interferência posterior no texto, provavelmente revelando o medo do Presbitério de Florianópolis de

<sup>13</sup> *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. 11 maio 1964. p. 8.

<sup>14</sup> Paulo Stuart Wright está morto. *Jornal O Estado*. 11 ago 1979. p. 3.

<sup>15</sup> *Ata da igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 9. n. 910. p. 104.

<sup>16</sup> *Ata da igreja Presbiteriana de Florianópolis*. Livro 9. n. 910. p. 104.

<sup>17</sup> *Ata n.10 da Reunião Ordinária do Presbitério de Florianópolis*. Igreja de Herval D'Oeste. 13-17 jan. 1965. doc. N. 57. Arquivo do Presbitério de Florianópolis.

uma interferência do Estado, devido ao fato do parlamentar catarinense ter sido membro presbiteriano e ter exercido a sua militância comunista.

Após o Golpe de 1964, Paulo Stuart Wright fugiu para o México (depois Cuba) clandestinamente junto com o padre Alípio de Freitas. Retornou ao Brasil em 1965, sendo que viveu até 1973, ligado à AP, continuou a fugir dos órgãos de repressão militar. Ele foi preso no dia 04 de setembro de 1973, em São Paulo, ao descer numa estação de metrô, em que estava em companhia de Osvaldo Rocha e Pedro Calmon. A data, próxima do 7 de setembro, era comum a atuação das forças de repressão, na qual Paulo Stuart Wright foi preso, torturado e morto, quando “desaparecimento político” virou sinônimo de extermínio.

A partir dessa data, ocorreu uma disputa pela memória de Paulo Stuart Wright. Primeiro, a busca pelo corpo jamais encontrado, apesar do empenho do seu irmão, Jaime Wright. A sua própria morte foi cercada de várias versões. Numa reportagem, foi publicada que “Antônio”, um dos codinomes de Paulo Stuart Wright havia assassinado Gildo e Mata Machado num tiroteio em Recife e ferido dois policiais. Estava sendo procurado para ser preso. Para Marlene Soccas, companheira de luta, era uma forma de preparar a notícia para a morte de Paulo Stuart Wright, o que não ocorreu, já que era comum esse tipo de notícia pelos militares. A referida companheira defende a morte de Paulo Stuart Wright nos porões da ditadura.<sup>18</sup>

O pastor Jaime Wright junto com Dom Paulo Evaristo Arns fez uma busca incessante por Paulo Stuart Wright. Jaime Wright recebeu três telefonemas afirmando que “Paulo caiu”, até de um parapsicólogo que afirmava que o seu corpo estava na região amazônica, bem como recebera documentos pessoais de Paulo, por uma desconhecida, além de um bilhete escrito pelo preso político Otto Filgueiras, datado de 13 de maio de 1975, falando que ouvira o Comandante do II Exército, o Coronel Carlos Brilhante Ustra, afirmando que tinha assassinado.<sup>19</sup>

A memória de Paulo Stuart Wright foi reconhecida como nome de rua em Florianópolis, ao lado da Igreja Metodista do Estreito; nome do plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; revogação da cassação da mesma Assembléia em 1985, criação de dois centros democráticos, um em Joaçaba e outro em Florianópolis; dois filmes, um de 1987, chamado *PSW: uma crônica subversiva* e outro de 2005, chamado *Paulo companheiro João*, além da revogação como membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, conforme relatado a seguir:

Considerando que a decisão do Conselho da Igreja, composto por homens crentes, da vida nacional, em que a repressão gerou insegurança, medo e terror em toda a sociedade brasileira. RESOLVE: Tornar sem efeito a punição imposta ao senhor PAULO STUART WRIGHT, restaurando “*post mortem*” sua condição de membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, inscrevendo-o no seu sol, como rejeitar o veto à eleição ao presbitério de nossa igreja.<sup>20</sup>

Paulo, ao tornar-se desaparecido político, usou, assim como o reformador João Calvino (este ao fugir das perseguições religiosas) vários codinomes diferentes: João, Jim, Miller, entre outros.<sup>21</sup> De certa maneira, houve dois “Paulos”, ele mesmo e outro que foi disputado pela sua memória, que variou do “subversivo comunista”, de forma pejorativa ao cristão idealista e revolucionário do outro. A memória pública e eclesiástica de Paulo Stuart Wright, sem dúvida, coloca a segunda hipótese como verdadeira, após o distanciamento cronológico da ditadura militar. Sua biografia girou entre a cruz, como símbolo da igreja, e a espada, como símbolo militar, permitindo múltiplos olhares e enfoques em torno das disputas de memória, seja na IPB, ou seja, no Estado Brasileiro.

[Recebido em: dezembro de 2010.  
Aceito em: agosto de 2011].

<sup>18</sup> Marlene, uma dentista de 44 anos confirma a morte de Paulo Stuart Wright. *Jornal O Estado*. 19 ago. 1979. p. 2.

<sup>19</sup> Desaparecidos? *Revista Istoé*. 27 set. 1978. p. 24-32.

<sup>20</sup> *Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*. N. 1284. 19 out. 1999.

<sup>21</sup> AQUINO, 2003, p. 34.